

ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA
NA PESQUISA QUALITATIVA

Esta seção foi organizada por Sonia Kramer,
a quem agradecemos em especial a colaboração.

VOZES E SILÊNCIO NO TEXTO DE PESQUISA
EM CIÊNCIAS HUMANAS

MARILIA AMORIM

Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Paris-8
marilia.amorim@uol.com.br

RESUMO

Este artigo propõe uma síntese da teoria dialógica de Mikhail Bakhtin e de suas conseqüências para a pesquisa em Ciências Humanas. Os conceitos de vozes do texto, polifonia e polissemia, são trabalhados visando a uma leitura crítica dos textos de pesquisa e a uma nova proposição de escrita desses textos. Para completar e redimensionar a abordagem dialógica, o pensamento filosófico de Jean-François Lyotard e sua concepção de regime discursivo tomam-se necessários.

CIÊNCIAS HUMANAS – BAKHTIN, MIKHAIL – LEITURA – PESQUISA QUALITATIVA

ABSTRACT

VOICES AND SILENCE IN THE HUMANITIES' TEXT OF RESEARCH. This article proposes a synthesis of Mikhail Bakhtin's dialogical theory and its consequences on the research in Human Sciences. The concepts of text's voices, polyphony and polyssemy are developed toward a critical reading of researches' texts and a new proposition for their writing. To complete and to give a new dimension to dialogical approach, the philosophy of Jean-François Lyotard and his conception of discursive regime become necessary.

HUMAN SCIENCES – BAKHTIN, MIKHAIL – READING – QUALITATIVE RESEARCH

Há alguns anos venho trabalhando sobre a questão do texto de pesquisa em Ciências Humanas numa abordagem de inspiração bakhtiniana, e que pode assim ser chamada de *polifônica*. O texto interessa-me como lugar de produção e de circulação de conhecimentos, porque penso que a escrita de pesquisa não se reduz a uma simples transcrição de conhecimentos produzidos em situação de campo. Pode-se desse modo interrogar o texto em relação a várias questões, das quais uma, em particular, parece-me importante: a alteridade ou, dito de outra maneira, a relação entre o pesquisador e seu *outro*, ou melhor, seus *outros*. Por essa razão, as teorias fundadoras da enunciação, de Benveniste a Bakhtin, impõem-se nessa categoria de reflexão.

Benveniste (1966) diz: “A linguagem põe e supõe o outro”. E conhecemos todo seu conceito de enunciação: tudo que se enuncia supõe um “Eu” que designa um “Tu” a quem ele se dirige e fala de um “Ele”. Esse conceito contém uma oposição entre dois termos: as pessoas Eu-Tu de um lado e a não-pessoa Ele, de outro. A enunciação é lugar de expressão e, mais ainda, de constituição de subjetividade, mas seu sentido só se produz numa relação de alteridade. Em Bakhtin, no entanto, caráter de alteridade do enunciado se radicaliza: desdobrando os lugares enunciativos ao infinito, seu enunciado dialógico merece bem ser chamado de polifônico, pois uma multiplicidade de vozes pode ser ouvida no mesmo lugar. Em minha leitura de sua obra, procurei identificar o que chamo de teoria das vozes do texto cujos principais elementos podem aqui ser resumidos.

Antes de fazê-lo, gostaria de assinalar que essa teoria das vozes constitui-se para mim um sistema de categorias de análise com o qual se torna possível uma leitura crítica dos textos em Ciências Humanas. Essa leitura analítica visa a identificar quais são as vozes que se deixam ouvir no texto, em que lugares é possível ouvi-las e quais são as vozes ausentes. Não se trata de um trabalho de análise lingüística ou literária, mas de uma tentativa de identificar os limites, os impasses e a riqueza do pensamento e do saber que são postos em cena no texto. Preocupação epistemológica, mas também ético-política, na medida em que alguns textos de pesquisa nos dão a perceber a relação entre o pesquisador e o seu *outro* num contexto cuja dimensão política se impõe a qualquer reflexão. Uma última observação prévia: a teoria das vozes do texto que eu proponho não tem nenhuma pretensão de indicar modelos ou fórmulas para uma suposta boa escrita de pesquisa. Não penso que exista uma “boa” escrita pois acredito que toda escrita é um acontecimento: acontecimento do encontro com um objeto cujo caráter de alteridade não deixa nenhuma margem de previsibilidade ou de controle da parte do autor. Nisso reside, aliás, o interesse da análise.

Vejamos então, ou melhor, ouçamos as vozes do texto:

1. A voz do destinatário: o destinatário em Bakhtin é uma instância interior ao enunciado, a tal ponto que ele é considerado um co-autor do enunciado; isso traz uma consequência decisiva para o trabalho identitário do discurso pois sua própria estrutura se organiza em razão de sua destinação, o que conduz ao princípio maior do dialogismo, que é o princípio da não-coincidência consigo mesmo: do ponto de vista discursivo, “A” não é nunca idêntico a “A”.

Dentre as várias questões que decorrem desse princípio, eu daria como exemplo a questão do discurso relatado ou citado que costuma ser chamado também de “citação de campo”. É impossível restituir, no texto, o sentido originário do que foi dito em campo, pois o texto se constitui sempre como um novo contexto. Aliás, do ponto de vista bakhtiniano, o sentido original não existe, pois tudo que é dito é dito a alguém e deste alguém dependem a forma e o conteúdo do que é dito. Além disso, alguém irá relatar esse diálogo e isto vai ser feito em uma outra enunciação, dirigindo-se a um outro alguém e assim sucessivamente.

2. Em relação à destinação, é preciso levar em conta ainda duas outras vozes que falam no interior de um enunciado: primeiramente, é preciso distinguir o destinatário suposto, indicado acima, do destinatário real, que lê efetivamente o texto. Instância posterior à escrita, mas que participa necessariamente da construção do sentido, pois o trabalho de interpretação constitui-se um segundo texto em relação ao qual o primeiro poderá fazer sentido. E uma vez que todo texto demanda que alguém o leia e que alguém dele se ocupe, e que a vida de um texto reside exatamente na sua circulação, pode-se dizer que o destinatário suposto é uma instância posterior, mas igualmente interior ao enunciado.

Uma terceira voz pode ainda ser ouvida no lugar da destinação de um texto; trata-se da voz do sobredestinatário. Este se distingue do destinatário suposto em relação à temporalidade e à espacialização do texto. O destinatário suposto faz ouvir a voz do contexto de origem do texto; ele faz que um texto seja sempre um texto de seu tempo e de seu meio. O sobredestinatário, ao contrário, libera o texto das limitações de seu contexto, projetando-o naquilo que Bakhtin nomeia *grande*

temporalidade: um tempo futuro, desconhecido e imprevisível em que o texto poderá ser acolhido e, ao mesmo tempo, reconstruído de outro modo. Acredito poder dizer que o destinatário suposto remete a uma dimensão histórica e única do texto, enquanto o sobredestinatário atesta seu trabalho em direção a uma dimensão universalizante.

3. Quanto ao lugar do objeto, ali também há vozes a ouvir; todo objeto é um objeto já falado, e assim que nele se toca é preciso confrontar-se com todos que já passaram por ele para que se possa dizer algo de original. Nada é mais evidente, como exemplo disso, que o trabalho do texto de pesquisa. A palavra é uma arena, diz Bakhtin, e o sentido não é um lugar confortável. Costumo transpor essa idéia e dizer que o pensamento é uma arena.

No que concerne às Ciências Humanas, a questão da voz do objeto é decisiva. Segundo Bakhtin, é o objeto que distingue essas ciências das outras (ditas naturais e matemáticas). Não é porém *o homem* seu objeto específico, uma vez que este pode ser estudado pela Biologia, pela Etologia etc. O objeto específico das Ciências Humanas é o discurso ou, num sentido mais amplo, a matéria significante. O objeto é um sujeito produtor de discurso e é com seu discurso que lida o pesquisador. Discurso sobre discursos, as Ciências Humanas têm portanto essa especificidade de ter um objeto não apenas falado, como em todas as outras disciplinas, mas também um objeto falante.

4. Para terminar, é preciso ainda distinguir duas vozes: a do locutor, aquele que diz “Eu” no interior do texto (ou que diz “Nós” ou “se” da terceira pessoa) e a voz do autor. Bakhtin sublinha que, mesmo para os textos autobiográficos ou na forma de diários, a distinção deve ser feita. Ele o diz, aliás, com bastante humor: “A identidade absoluta de meu *eu* com o *eu* de que falo é tão impossível quanto tentar suspender-se pelos próprios cabelos!” Isto não quer dizer que não se possa ouvir a voz do autor no texto; simplesmente ela não está no lugar em que se acredita que esteja. Ela não está naquilo que relata o locutor, por mais sincero que ele possa ser. O locutor é sempre um personagem, enquanto a voz do autor está em todo lugar e em nenhum lugar em particular. Mais precisamente, ela pode ser ouvida ali, no ponto crucial de encontro entre a forma e o conteúdo do

texto. Quando se analisa um texto e se consegue identificar a relação necessária entre o que é dito e o como se diz, pode-se dizer que se encontrou a instância do autor. (Estou falando da voz do autor e não da pessoa do autor. Posso identificar a voz de um autor sem conhecer nada a respeito de sua pessoa.) A voz do autor concerne um lugar enunciativo e como tal ela é portadora de um olhar, de um ponto de vista que trabalha o texto do início ao fim.

Essa distinção entre lugar do autor e lugar do locutor, que outros preferem chamar de sujeito da enunciação e sujeito do enunciado, é crucial para todo trabalho de análise. Chego a dizer que ela é a própria condição da análise pois se, diante de um discurso, acredita-se que tudo que há a dizer está dito no enunciado, então não há nada a analisar, seja em uma psicanálise, seja em uma análise de texto.

Parece-me que a grande contribuição da abordagem polifônica em Ciências Humanas consiste em tornar problemática toda ilusão de transparência de um texto de pesquisa. Há sempre uma espessura e uma instabilidade que se devem levar em conta e que remetem à própria espessura e instabilidade do objeto e do saber que estão se tecendo no texto. Objeto que não pára nunca de se mexer, a cada vez que dele se fala, assim como um caleidoscópio.

Mas acredito que a fecundidade da abordagem polifônica é constituída também dos dois problemas centrais que ela contém: o problema do monologismo e o problema do silêncio. Começemos então pelo monologismo.

Todos aqueles que conhecem a obra de Bakhtin e talvez até aqueles que dela apenas ouviram falar conhecem a célebre oposição entre discurso monológico e discurso dialógico. Monológico é o discurso de uma só voz, e dialógico ou polifônico, o discurso de múltiplas vozes. Essa oposição tornou-se célebre principalmente pelo fato de que ela permite denunciar discursos dogmáticos, uma vez que todo discurso dogmático é necessariamente monológico, já que ele quer fazer com que se ouça nele apenas uma voz, isto é, a sua. Mas se todo discurso dogmático é monológico, todo discurso monológico não é necessariamente dogmático. Por exemplo, na situação em que Bakhtin mais desenvolve essa oposição é nela que distingue discurso romanesco de discurso poético, este último sendo fundamentalmente monológico e o primeiro, fundamentalmente dialógico.

Mas como pensar um discurso monológico depois de tudo que foi dito a propósito das vozes constitutivas do enunciado? Na verdade, a resposta não está muito clara na obra de Bakhtin e é necessário ler e reler seus textos para encontrar

indicações daquilo que poderia ser um problema ou uma contradição em seu pensamento. Na realidade, existem em sua obra dois níveis de análise. Um primeiro nível, o qual ele chama de histórico-orgânico, que concerne à condição de possibilidade de todo discurso e em relação ao qual o termo monologismo não faz nenhum sentido. Todo enunciado é constitutivamente dialógico, uma vez que haverá sempre, ao menos, a voz do leitor que falará no texto ao lado da voz do locutor. “A palavra se dirige”, diz Bakhtin, e nesse gesto o *outro* já está posto.

Mas há um segundo nível, o nível composicional, em que as vozes podem se dar mais ou menos a perceber, ou melhor, a ouvir. Da maneira pela qual o texto é escrito e composto, ele pode vir a representar mais vozes ou, ao contrário, a fazer esquecer a dimensão de alteridade do seu dizer. Em ambos os casos, trata-se sempre de um princípio tendencial e nunca absoluto: um texto tende para o monologismo mais do que um outro, mas ele não será nunca inteiramente monológico em virtude da sua própria condição de possibilidade. Bakhtin distingue nesse caso dois tipos de enunciado em relação a essas tendências: o enunciado que representa um objeto numa relação direta com esse objeto – enunciado monológico – e o enunciado que representa um objeto recorrendo a outros enunciados que foram estabelecidos para o mesmo objeto, o que faz com que seu enunciado se torne, no mesmo gesto, representante e representado. Este último, o enunciado dialógico, representante e representado ao mesmo tempo, tece seu sentido com a voz dos outros e não no silêncio. Evidentemente, não se deve entender essa distinção entre o dialogismo do romance e o monologismo do poema literalmente. Na verdade, os textos são sempre híbridos e o interessante é poder identificar em que lugar ele é monológico e em que outro ele é dialógico, e quais são os efeitos de sentido que essa disposição de vozes produz.

O silêncio do monologismo é o fundo necessário para uma ordem de discurso fundadora. O trabalho do enunciado desenrola-se no sentido de criar uma linguagem originária que possa revelar uma novidade radical do objeto de que se encarrega. A linguagem dos poetas, diz Bakhtin, é a linguagem dos deuses: ela não *representa* diferentes atos enunciativos e, sim, *é* ela própria um ato enunciativo. Reencontramos o enunciado monológico no poeta, mas também no filósofo e no teórico. Isto não quer dizer que o poema e o conceito sejam equivalentes; o conceito visa à univocidade, e o poema visa à polissemia. Entretanto, é preciso distinguir polissemia de polifonia. A polifonia é da ordem do discurso e, portanto, do acontecimento: outras vozes se fazem ouvir, num dado momento, num dado lugar, dando origem a uma multiplicidade de sentidos. A polissemia é da ordem da língua como

sistema abstrato e remete, portanto, a um universo de possibilidades de significação.

Há algum tempo, assisti em Paris a um colóquio de psicanálise lacaniana a propósito do conceito de espelho. (Todos conhecem a importância desse conceito na obra lacaniana.) Em uma mesa-redonda, a maneira como os dois participantes trabalharam este conceito corresponde exatamente à distinção que acabo de fazer. O primeiro expositor analisava o texto de Lacan tomando dois parágrafos e, de modo bastante minucioso, detinha-se em todas as possibilidades de significação que uma ambigüidade autorizava a procurar. Por exemplo, interrogava um certo emprego do tempo verbal do imperfeito: perguntava-se se o imperfeito empregado por Lacan não seria aquele que em francês se chama o imperfeito da condição irreal e que designa que uma coisa poderia ter acontecido (Por exemplo, na frase “Mais dois minutos e a bomba explodia”). Este imperfeito, sempre segundo o expositor, daria uma significação completamente diferente à frase de Lacan. Num outro exemplo, ele se deteve na palavra “insigne”, que quer dizer “importante, notável” e perguntava-se se não haveria aí uma significação exatamente oposta produzida pelo efeito de contaminação da palavra “insignificante” e que daria portanto a idéia de “aquele ou aquilo que não significa grande coisa”. E assim por diante.

O segundo expositor, a propósito do mesmo conceito de espelho, trouxe vários textos de outros autores que falam do espelho e que estariam presentes na construção lacaniana, mesmo se Lacan não os cita a todos. Em alguns casos, é até possível que Lacan não soubesse da presença desses autores em seu pensamento. Por exemplo, o expositor trouxe o texto de Wallon, psicólogo mencionado por Lacan, mas também o texto de teosofia barroca de Jacob Boehme, de quem Lacan e nenhum psicanalista nunca falaram. Aí estava um excelente exemplo de vozes do objeto que podiam ser ativadas pela memória discursiva do leitor, apesar ou independentemente do autor. Este último expositor fazia trabalhar, portanto, a polifonia do texto de Lacan, enquanto o primeiro fazia trabalhar a polissemia.

Gostaria de continuar, insistindo no problema do silêncio na abordagem polifônica. Mencionei antes o silêncio em torno do qual se engendra o enunciado monológico e poderia identificar outros momentos no pensamento de Bakhtin em que o silêncio está presente, mesmo não sendo diretamente mencionado. Em todas essas ocorrências, o silêncio bakhtiniano é um silêncio de vozes caladas. A ocorrência mais importante entre elas concerne à questão do texto. O dialogismo do texto só se produz à medida que as vozes ordinárias dos gêneros primeiros, aquelas da co-presença e da interação, param de falar. A força do conceito de dialogismo

reside exatamente naquilo que o distingue de uma abordagem interacionista. A intensidade dialógica dá-se como tensão interior à palavra de uma só pessoa e, para ouvi-la ou fazê-la falar, é preciso calar todo bate-papo, todo diálogo exterior. Parece-me que é nesse ponto que o conceito de *voz* torna-se mais preciso, e que ele deixa de coincidir com a idéia de *pessoa*. O dialogismo da escrita e o dialogismo da leitura supõem ambos uma cena muda; a primeira coisa que autor e leitor têm a compartilhar é o silêncio.

Entretanto, o que não se encontra em Bakhtin é o silêncio daquilo que nunca foi dito nem subentendido e que não se consegue dizer. O silêncio que permanece, mesmo para o leitor, como uma ausência que ele não pode preencher ou como uma interrogação a qual, baseado no texto, ele não pode tentar responder. Ora, parece-me que este silêncio é fundamental para a problemática do texto de pesquisa em Ciências Humanas. De um lado, porque pode ser que ele seja o único signo do *outro*, quando este se apresenta como uma alteridade radical. Este outro, ou ainda, esta dimensão do outro da qual não sei ou não posso falar.

Por outro lado, este silêncio radical que não remete a nenhuma voz é também signo de que, em nosso trabalho de análise de um texto, estamos em presença de um regime discursivo dominante que merece ser identificado em seus constrangimentos. Todo regime discursivo está organizado segundo uma série de constrangimentos que permite que uma série de coisas seja dita mas que, para isto, impede que outras tantas o sejam. Remeto aqui ao conceito de regime discursivo de Lyotard (1983) tal como ele o desenvolve em seu trabalho sobre o *diferendo*. O *diferendo* é justamente esse resto que não se deixa dizer no interior de um regime discursivo, que permanece em sofrimento de não poder se dizer e que demanda então a mudança e, às vezes, até a invenção de um regime discursivo.

Lyotard emprega os dois termos, gênero discursivo e regime discursivo, sem nenhuma distinção. Mas, justamente, gostaria de propor que se utilize o termo regime, e não gênero, para distingui-lo do conceito bakhtiniano de gênero. Antes de mais nada, é preciso assinalar que essas duas noções têm muitos pontos em comum. O gênero bakhtiniano é um modo de dizer que tem suas regras e suas finalidades engendradas socialmente, o que confere a todo discurso o caráter de uma prática social. Aprender a falar não consiste apenas em aprender uma língua, mas também a falar em diferentes gêneros. As regras e as finalidades dos gêneros não são nunca inteiramente explícitas, e sua aprendizagem exige a mesma competência que exige uma língua, isto é, a de poder deduzir as regras a partir do uso que fazem os outros. Aprendizagem inconsciente, na maioria dos casos, que deve permitir ao sujeito falante identificar, em cada situação em que se encontra, que gênero

está em vigor. Além disso, nada pode garantir o domínio completo dos diferentes gêneros; posso me sentir muito à vontade em um gênero teórico e me sentir completamente desajeitada em um gênero mundano. Muda o que está em jogo, mudam-se as regras e, portanto, o sujeito falante não é mais o mesmo.

Até aqui, a noção bakhtiniana é perfeitamente equivalente à noção de Lyotard. Ambas supõem um engendramento social, o que permite analisar as relações de força que atravessam um discurso e, em alguns casos, pode-se até identificar a relação com o contexto político mais amplo que ultrapassa o texto. Algumas diferenças porém podem ser identificadas, e aqui eu gostaria de me deter em uma delas e colocá-la na forma de pergunta: o que existe entre um gênero e um outro? Tal questão não se refere às relações eventuais que podem ocorrer entre diferentes gêneros. Essa relação foi muito bem explicitada por Bakhtin e está na origem de muitos processos importantes de renovação e transformação de um gênero discursivo. Nesse caso, a palavra *entre*, da minha pergunta, designa um espaço e não uma relação. Eu diria que entre os gêneros de Bakhtin não há nenhum espaço; é como se o mundo social estivesse plenamente ocupado pelos diferentes gêneros e como se todo o problema estivesse na passagem ou na interferência de um para outro. Ora, para Lyotard, entre os regimes, há o vazio. Um vazio que não é absoluto porque ele pode se preencher uma vez que mudem as relações de força.

O regime discursivo em Lyotard situa-se no ponto em que se poderia falar de limbo do discurso: essa exterioridade na qual algo sofre por não se poder dizer no regime em vigor e que demanda uma mudança radical no jogo discursivo. Isso que sofre só pode se fazer representar pelo silêncio; silêncio do diferendo, com um *do* no final e não com um *te*. Essa passagem do *te* ao *do* é o que constitui categoria de análise para designar a passagem entre duas ocorrências de alteridade na pesquisa: o diferendo, com *do*, indica que o *outro* com que me defronto não se deixa inscrever num eixo de diferenças em relação a mim, mas pura e simplesmente, ele não se deixa inscrever nem escrever. Para que possa se manifestar como silêncio, no entanto, é preciso que ele esteja marcado em algum lugar do discurso. O silêncio designa então aquilo que se marca *entre*: entre palavras, entre frases, entre regimes, porém, para falar dele, é preciso já estar num outro momento, já ter passado para um outro regime discursivo, para poder, dali, nomear o silêncio. Não posso analisar o lugar de onde falo; será sempre um outro, que virá depois de mim, que poderá apontar os silêncios naquilo que digo.

O diferendo como acontecimento não designa aqui um outro abstrato ou metafísico, mas uma alteridade de ordem histórica. Essa ocorrência de silêncio e de

alteridade pode ser identificada em uma pesquisa que realizei com meus alunos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que já foi publicada aqui e na França. A pesquisa se chamava "Alteridade e infância excluída" (Amorim, 1996) e era uma espécie de pesquisa sobre a pesquisa. Analisamos um conjunto de textos de pesquisa a respeito dos chamados "meninos de rua". O objetivo era identificar que lugar ocupava essa criança nos textos de pesquisa. Chamei essa criança, na ocasião, de *estrangeiro do interior*, pelo fato de que, mesmo fazendo parte de nossa sociedade, falando nossa língua e morando em nossos bairros, ela não é mais reconhecida na sua infância. Não há tempo aqui para falar de tudo que se descobriu numa análise polifônica em que vozes e silêncios puderam ser identificados. Remeto aqui ao artigo já mencionado, mas posso resumir dizendo que foi encontrada uma impossibilidade de análise dessas crianças e que essa impossibilidade marcava-se justamente por um silêncio e, ao mesmo tempo, por um discurso de total fusão do pesquisador com o ponto de vista da criança: a idealização ocupava o lugar da reflexão. O mais importante, no entanto, é poder compreender que essa impossibilidade e sua marca silenciosa não remetiam de modo algum a uma incapacidade ou a uma qualquer desonestidade da parte do pesquisador. Remetiam, sim, aos constrangimentos do regime discursivo no interior do qual tais pesquisas se produziram.

Assim, foi possível distinguir dois níveis de sofrimento: primeiramente, sofrimento do pesquisador, atestado no nível dos enunciados e que é concernente ao seu encontro com as condições miseráveis e violentas nas quais vivem essas crianças. Num segundo nível, sofrimento da própria pesquisa, o que remete ao nível da enunciação e que é concernente à impossibilidade de análise dessas crianças naquilo em que elas se tornaram. De um modo geral, pode-se dizer que o regime discursivo em questão se estende por um período de dez anos e se constitui entre duas ameaças de morte dessa criança. Até o início dos anos 90, essas crianças viviam em instituições do Estado que correspondem ao que Goffman chama de instituições totais. Com uma disciplina rígida e violenta, a instituição confrontava a criança com uma ameaça de morte simbólica. Nos anos 90, seguindo a lógica do neoliberalismo, o Estado não se ocupa mais dessas crianças e deixa-as sob a responsabilidade da chamada sociedade civil e das organizações não governamentais. Liberadas da instituição, as crianças agora estão nas ruas, e a ameaça que pesa sobre elas é o risco de morte real por extermínio. Diante da morte, a injunção do pesquisador só pode ser a de salvar essa criança, ao menos em seu texto. Num regime discursivo que coloca um constrangimento dessa ordem, o objeto-sujeito da pesquisa, no caso, o "menino de rua", torna-se "inanalísável". No lugar da análise, encontra-se a cacofonia da fusão ou, então, o silêncio.

O silêncio como marca de alteridade radical e como signo de presença de um regime discursivo dominante constitui-se, ao mesmo tempo, limite e abertura para o pensamento bakhtiniano. Ausente da teoria dialógica original, tal como eu a leio, reivindico esse silêncio como uma nova instância a ser integrada em uma abordagem polifônica das Ciências Humanas.

O diálogo aqui proposto entre Bakhtin e Lyotard não se reduz a uma necessidade de complementaridade. Parece-me que esses autores se encontram, antes de mais nada, na perspectiva geral de seus textos, que buscam, nos dois casos, o ponto de junção entre estética e política, ou, se preferirmos, o lugar de se pensar uma política do discurso. De minha parte, tento colocar um campo de trabalho no qual, às duas dimensões mencionadas, a da estética e a da política, se acrescentaria a dimensão epistemológica. A proposição de análise dos textos de pesquisa colocaria assim em jogo a questão dos limites e das possibilidades na produção de conhecimento.

É, pois, em relação a essa questão que um outro aspecto do trabalho pode se evidenciar. Além da proposição de leitura e análise de textos, eu faria também uma proposição de escrita. Proposição que não tem nada de um modelo ou de um constrangimento, mas, antes, é um convite. Convite à viagem, se entendermos aí que a escrita pode ser uma viagem. A hipótese de partida é a seguinte: quanto mais um autor se autoriza um verdadeiro trabalho de escrita em seu texto de pesquisa, mais ele será, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo. Objetivo no sentido de prestar contas de uma certa dimensão de seu encontro com o objeto. Deste encontro, segundo uma perspectiva bakhtiniana, tal com acabo de apresentar, é impossível restituir o sentido do discurso tal como ele se produz na situação de campo. A escrita é uma outra cena enunciativa na qual apenas a significação pode ser restituída. Remeto aqui à distinção que Bakhtin faz entre significação e sentido. O sentido, na medida em que é dialógico, é "evenemencial"¹ e, portanto, irrepetível. Ora, parece-me que é justamente no e pelo trabalho da escrita que o caráter "evenemencial" da pesquisa pode ser reencontrado.

Entendo por trabalho de escrita essa busca levada mais ou menos longe, segundo a audácia e o talento do pesquisador, do ponto de articulação necessária entre forma e conteúdo. Isto supõe que antes se compreenda como funciona a

1. A palavra não existe em português mas resolvi adotá-la como galicismo (de *événement*) por não encontrar vocábulo correspondente em português. Refere-se à dimensão do acontecimento no sentido filosófico do termo.

escrita convencional de pesquisa. Este gênero de escrita tem como característica principal um mínimo de pesquisa formal, e o modo de se escrever uma pesquisa é em geral aprendido desde a primeira monografia de graduação. No gênero científico, o conteúdo não deve quase nada à forma e esta forma deve ser mais ou menos a mesma para qualquer conteúdo. Mas, para reencontrar a dimensão do acontecimento, como diria Lyotard (1983), é preciso transgredir os gêneros. E o “acontecimento do encontro”, expressão também de Lyotard, se não pode ser repetido tal como ele se produziu na situação de campo, se produzirá talvez, novamente, se tivermos sorte, na cena nova da escrita. Para transgredir, entretanto, é preciso dominar o gênero e suas regras, pois sem isso não se pode saber o que está realmente em jogo na produção de conhecimentos. Ou seja, em matéria de escrita de pesquisa, a transgressão implica a formação. Estou indicando aqui um outro aspecto no qual o diálogo entre Bakhtin e Lyotard parece fértil: a noção de *acontecimento* tal como ela se apresenta no campo discursivo.

Em uma perspectiva polifônica, o ponto crucial de encontro entre forma e conteúdo é aquele no qual é possível ouvir a voz do autor. E é exatamente e estritamente nesse sentido que eu dizia que o trabalho da escrita tornaria o texto mais subjetivo. A subjetividade no texto de pesquisa não está no modo de um diário mais ou menos íntimo, ou de confissões implicacionistas que, de todo modo, se dão sempre no nível do enunciado. E quanto ao nível da enunciação e da relação forma/ conteúdo, é bom saber que subjetividade também não significa grandes delírios ou dispersões pois, segundo Bakhtin, o objeto impõe sempre seus constrangimentos para que se possa falar dele. Cabe sublinhar que a subjetividade bakhtiniana é sempre da ordem do *entre* ou, se preferirmos, de uma *intersubjetividade*. O pensamento bakhtiniano já sublinhou amplamente a importância de se superarem as armadilhas do objetivismo e do subjetivismo.

A proposição, ou o convite à escrita, que estou dirigindo a meus colegas e a mim mesma baseia-se numa espécie de falta que venho identificando. Falta de objeto nas contemporâneas escritas subjetivistas ou implicacionistas e, por outro lado, na escrita objetivista convencional, uma certa falta, não de pesquisador, mas de autor. Gostaria de finalizar com a seguinte síntese: o estilo não é uma garantia de verdade. A questão da verdade coloca-se no nível do enunciado e a questão do acontecimento – acontecimento do encontro entre o pesquisador e seus *outros* – no nível da enunciação. A busca de uma verdade, mesmo provisória e em movimento, remete àquilo que no enunciado se propõe como válido e repetível, independentemente do contexto. Trata-se aqui do que é transmissível de um contexto

a outro. O acontecimento, ao contrário, remete ao que houve de irrepetível e de intransmissível nesta pesquisa. São portanto dois pólos opostos que trabalham o texto, mas, em nenhuma hipótese, trata-se de substituir a verdade pelo acontecimento ou vice-versa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. *O Pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2001.

_____. Um Estrangeiro do interior: reflexões sobre a pesquisa com meninos de rua. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 48, n. 42, 1996.

BAKHTIN, M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.

_____. *La Poétique de Dostoievski*. Paris: Seuil, 1970.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

LYOTARD, J-F. *Le Différend*. Paris: Minuit, 1983.